

Processos formativos de trabalhadoras da educação: a experiência do movimento Cosate e o direito à diferença

Maria Elizabeth Barros de Barros¹
Universidade Federal do Espírito Santo

Maria Carolina de Andrade Freitas²
Universidade do Estado de Minas Gerais

Hervacy Brito³
Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo

Suzana Maria Gotardo Chambela⁴
Instituto Federal do Espírito Santo

Resumo: O artigo apresenta uma experiência de formação de mulheres trabalhadoras de uma rede de ensino de um município da Grande Vitória. Apresenta algumas linhas de processos formativos tramados pelas pesquisas realizadas no Pfist/Nepesp, que (re)existem às tentativas de silenciamento e enfraquecimento dos insistentes movimentos vitais de invenção/criação de mundos. Busca interrogar e desestabilizar normas hegemônicas de gênero no campo da educação e indagar argumentos conservadores que tentam contê-las, ordená-las. Os processos de formação desenvolvidos afirmam um devir-mulher-trabalhadora-da-educação que exercita outros modos de compreensão sobre a sexualidade, a diferença sexual, a questão de gênero em suas articulações com processos formativos operados em diferentes espaços e dimensões do *socius*.

Palavras-chave: processos de formação; devir-mulher; saúde no trabalho; educação.

¹ Professora titular do Departamento de Psicologia e dos programas de pós-graduação em Educação e Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisadora CNPq nível 1.

² Professora efetiva da Universidade do Estado de Minas Gerais, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Subjetividade.

³ Comunicóloga, mestre e doutora em Educação Pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora da Rede Estadual do Espírito Santo.

⁴ Psicóloga e coordenadora Geral de Assistência à Comunidade do Instituto Federal do Espírito Santo Campus Santa Teresa. Mestre em Psicologia Institucional e doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Training processes of education workers: the experience of the Cosate movement and the right to difference

Abstract: The article presents an experience of training women workers in a school system in a municipality in Greater Vitória. It presents some lines of formative processes woven by research carried out at Pfist/Nepesp, which (re)exist in attempts to silence and weaken the insistent vital movements of invention/creation of worlds. It seeks to interrogate and destabilize hegemonic gender norms in the field of education and to question conservative arguments that try to contain and order them. The training processes developed affirm a becoming-woman-worker-teacher that exercises other ways of understanding sexuality, sexual difference, the issue of gender in its articulations with training processes operated in different spaces and dimensions of the socius.

Keywords: formation processes; becoming-woman; health at work; education.

Procesos de formación de trabajadores de la educación: la experiencia del movimiento Cosate y el derecho a la diferencia

Resumen: El artículo presenta una experiencia de formación de mujeres trabajadoras en un sistema escolar de un municipio del Gran Vitória. Presenta algunas líneas de procesos formativos tejidos por investigaciones realizadas en Pfist/Nepesp, que (re)existen en intentos de silenciar y debilitar los insistentes movimientos vitales de invención/creación de mundos. Busca interrogar y desestabilizar las normas de género hegemónicas en el campo de la educación y cuestionar los argumentos conservadores que intentan contenerlas y ordenarlas. Los procesos de formación desarrollados afirman un devenir-mujer-trabajadora-de-la-educación que ejercita otros modos de comprensión sobre la sexualidad, la diferencia sexual, la cuestión de género en sus articulaciones con procesos de formación operados en diferentes espacios y dimensiones del socius.

Palabras clave: procesos de formación; devenir-mujer; salud en el trabajo; educación.

*A noite não adormecerá
Jamais os olhos das fêmeas,
Pois do nosso sangue-mulher
de nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede
de nossa milenar resistência.*
(EVARISTO, 2017: 85)

“Ninguém nasce mulher; torna-se mulher”. A afirmação de Beauvoir (1967: 9) que abre o presente texto se faz preciosa para nossos propósitos aqui: pensar a formação de trabalhadoras da educação de um município da Grande Vitória (ES). Atentas a um presente distópico, nos indagamos que trabalho é defensável hoje, que formação é defensável no tempo que se atualiza incessantemente. Buscamos pinçar algumas cenas que possam expressar experiências nesse âmbito. Cenas de percursos de pesquisa-intervenção que nos levam às questões que colocamos nesse escrito e que se aliam a essa provocação de Beauvoir. Ao equivocar um modo de viver feminino, essa mulher produz polêmica, ressoa disruptiva. Provocação que rompe com uma tradição essencialista das diferenças entre os sexos, desnaturaliza certo modelo de feminino e de mulher, que se dobra sob ditames políticos e econômicos dos modos burgueses e capitalísticos de vida codificados pelos séculos XVIII e XIX (FERREIRA, 2008; NERI, 1996). Essa passa a ser uma preciosa pista para pensar a formação de mulheres trabalhadoras da educação, tendo em vista que tal conformação subjetiva figura-se num vir-a-ser em movimento constante.

As mulheres constituem a grande maioria de um multifacetado grupo de pessoas que trabalham com educação pública, com o qual partilhamos processos formativos há mais de vinte anos no âmbito do Pfist/Nepesp⁵. Assim sendo, tal debate, que abarca processos constituintes de modos de ser humano, visa entrelaçar um tornar-se mulher e um tornar-se trabalhadora da educação. Falamos, desse modo, do campo da formação, pensado como movimentos que comportam escapes e derivações, e não se emolduram totalmente por nenhuma tentativa de arranjo absoluto, por graça dos giros, dos dribles, das dobras que compõem os movimentos de subjetivações.

“Sim, a vida é uma mulher” (NIETZSCHE, 1998). Essa afirmação também produz vertigem e embaralha os sentidos postos. O filósofo convoca-nos não somente a acolhermos alguma propositada indefinição sobre o sexo e o gênero, como entreabre outras posições políticas, ao declarar que a potência de uma vida gesta um feminino que não cessa de espalhar-se.

É preciso apontar que as mudanças produzidas pelos movimentos históricos de mulheres-trabalhadoras-da-educação, com as quais pesquisamos-intervimos ao longo de vinte anos, diante das transformações da vida e da educação, longe de se constituírem “apenas” como luta por direitos políticos, corroboraram importantes conquistas de direito à diferença e abriram vias de afirmação e forma-

⁵ O Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho (Pfist), vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Política (Nepesp), do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), reúne professoras, graduandas, pós-graduandas e técnicas de diferentes áreas de formação, por meio da atuação com profissionais da educação pública do Espírito Santo, perspectivando fomentar a discussão da produção de saúde no trabalho.

ção de uma vida desejante e não enquadrada, emoldurada pelo naturalismo essencialista do homem-público e da mulher privada (FERREIRA, 2008; HÉRI-TIER, 1997).

Afinal, como nos aponta Rolnik (1996a), as formas-duras engendradas também constituem a existência, também nos servem para o combate e, por vezes, insistem em sobreviver em nós além dos usos importantes na luta por uma vida defensável, digna de ser vivida por todas. Tais formas permanecem por demasiado tempo e com exacerbada força que podem endurecer aberturas ao desconhecido em nós, àquilo que pede fissura e vazão. Daí, tornamo-nos guerreiras de nós mesmas, em favor da tentativa de manutenção de outras configurações de “identidade sedentária”, evitando despedirmo-nos do absoluto.

A trajetória da educação das mulheres no Brasil, bem como sua inserção como trabalhadoras desse campo mostra-se entrelaçada com a história de nossa colonização, bizarra e autoritária (RIBEIRO, 2006). A educação e o lugar do feminino atrelaram-se a história da construção social dos gêneros, das práticas da sexualidade, do trabalho e da servidão no Brasil. O corpo feminino e sua força de trabalho serviram historicamente aos interesses patriarcais.

Ao homem português era dado o direito de usufruir da vida de todos os habitantes da colônia. Esse direito ocorria à sua condição de senhor da família patriarcal. Aliás, é oportuno explicitar aqui que família vem da palavra latina “famulus” que significa escravos domésticos de um mesmo senhor: mulheres, filhos, crianças, escravos, terras, etc. Eram bens pertencentes ao poder dito na época naturalmente construído ao deleite do gênero masculino. (RIBEIRO, 2006: 2)

Se já não se pode mais pensar o feminino e/ou a mulher dentro das prerrogativas reprodutivistas, nem definir seus corpos por suas condições menores ou frágeis e débeis, como se sustentou na história das mulheres no ocidente (DUBY e PERROT, 1991), é também imperioso o exercício de inconformar o feminino e, diríamos ainda, inconformar a formação de mulheres trabalhadoras da educação, aos modelos pretensiosamente reinantes e interesseiros. Ribeiro (2006) nos lembra que na história da educação, o feminino esteve sob a injunção da bruta obediência severa e que, ao longo dos primeiros trezentos anos de formação da vida em sociedade no Brasil, as mulheres, assim como outros segmentos sociais, estiveram a serviço da manutenção do *status quo* dos “donos do poder”.

Diante disso, falar em luta significa trazer à cena maneiras provisórias de produção de diferença, bem como o movimento constante de emergência das infinitesimais formas de vida. E justo por serem marcadas pelas provisoriiedades, são altamente perigosas e fecundas, pois, como nos indica Guimarães Rosa em prosa, “viver é perigoso”. Isto ressalta a importância de afirmar o campo imanente que são a vida e sua infindável movimentação, criação e produção, como aponta-nos Deleuze (1987; 1992) ao mostrar que é a diferença que se repete, que a única constância existente é a mudança. Transformação. Cabe-nos de algum modo sublinhar que nossa atenção ao disruptivo, por outro lado, não nos torna amistosos a ele, necessariamente. Atenção ao disruptivo é aposta ética. Exercício constante, permanente. Aquilo que difere também pode causar-nos horror. E diante do horror, violência. Tentamos ajeitar sobre as hastes da dominação aquilo que insurge e difere. A história humana é repleta de tentativas de subordinação da vida aos modelos datados que criamos na “perseguição da verdade”. Não é também isso que enfrentamos no movimento contemporâneo? Não é isso que enfrentamos neste presente desafiador?

Aceitamos, então, o desafio proposto pelos organizadores deste dossiê: indagar processos formativos, afirmar diferença e o caráter explosivo da vida, colocando em foco os efeitos das políticas públicas na educação a partir das feitura feministas e lutas das trabalhadoras da educação.

Dispomo-nos a narrar processos formativos tramados pelas pesquisas realizadas no Pfist/Nepesp, que (re)existem às tentativas de silenciamento e enfraquecimento dos insistentes movimentos vitais de invenção/criação de mundos. Pesquisas que buscam interrogar e desestabilizar normas hegemônicas de gênero no campo da educação e vêm de encontro ao ressurgimento dos argumentos conservadores e, tantas vezes, fascistas, que tentam, sobre as infundáveis aberturas que muitas vidas produziram e racharam, atuar para contê-las, para ordená-las. Mobilizam-se, assim, para implodir as nomeações fechadas. Produzir devir-mulher-trabalhadora-da-educação que não cessa de inscrever seu canto, transformando-o em outros, mesmo diante do fim do mundo, fazendo derivas murmurarem, afinando outras efervescências que a vida im-pulsa. Tanto quanto exercitar outros modos de compreensão sobre a sexualidade, as diferenças sexuais, a questão de gênero, aqui, nos interessa em suas articulações com processos formativos operados em diversos espaços e dimensões do *socius*. Não se trata de reconhecer “o homem”, “a mulher”, “a docente”, “a trabalhadora” como quaisquer essencialidades ou interioridades substancializadas, mas sim de exercitar outros modos de constituição de si e do mundo que aponte o “tornar-se” como se referindo à multiplicidade de afetos e circulação de desejos, fora do comum sistema de oposições binárias que aportam as leituras reinantes de mundo e pensamento. Como se afirma em Ferreira (2008): a existência de um feminino, sem sexo.

Os processos formativos são, certamente, dimensão importante para modificar esse quadro e constituírem-se vias de possível à produção de modos de subjetivação que não tenham pavor da processualidade do viver. O que se pauta, assim, passa ao largo da guerra entre gêneros, como nos indicou Rolnik (1996b). É inquestionável a importância do enfrentamento das discriminações e atos necropolíticos em curso no presente, necessário ao combate das opressões de gênero em qualquer direção. Entretanto, esse processo não pode implicar o confinamento dos humanos numa identidade unicista, homogênea, coerente e indissolúvel, mantendo-os tais como personagens, num lugar que reforça modos previsíveis e imutáveis de subjetivação (ROLNIK, 1996b).

Por uma formação cruel: o feminino como força disruptiva e gestação de resistência

A célebre indagação freudiana sobre o que queriam as mulheres, levou o psicanalista vienense a afirmar não haver entendido as mulheres, certamente porque a forma mulher porta forças de criação que não podem ser dominadas, nem podem ser compreendidas. Temos um feminino codificado, mas, também, forças femininas como pura desestabilização das identidades! Deleuze (1992) afirma que o devir só pode ser feminino, como linhas que fogem, que escapam pelas fissuras de um *socius* pensado para certo modo de ser homem. O devir-mulher escorega das teias das engrenagens de dominação. A mulher, ao rachar modelos, cria novas-outras formas subjetivas que resistem a uma infinidade de estratégias de captura, desfaz codificações e sobrecodificações.

Nesse movimento, afirmamos uma formação cruel, fazendo uma modulação na proposta de Fuganti (1991). Uma formação cruel que persegue antropofagia subjetiva, que possa implodir modos de ser profissional da educação. Criar um corpo sem órgãos, de domínio intensivo, com fluxos de vida que se deixe afetar pelas forças do mundo e que não se deixe tragar pela insensibilização, pelos tribunais de toda ordem com seus juízos petrificantes. Criar um corpo-profissional da educação que vibre e experimente as forças sutis que o trespassam (PELBART, 2011). Disparar processos formativos que não permaneçam na fraqueza, mas que cultivem força. Engendrar de mestiçagens. Esses são verbos que constituem o projeto de uma formação cruel. Crueldade com todo tipo de resistência contra a finitude, afirmando improvisação de realidades. Ensaios de modos outros de existência. Formação cruel que seja intolerante a toda tentativa de perpetuação de gêneros. Cruel contra qualquer desmobilização do terror que a antropofagia nos causa. Cruel contra o pavor que a desestabilização nos provoca. Cruel uma vez que declara guerra contra os adictos de gênero e luta a favor da processualidade da vida (ROLNIK, 1996b):

toda luta se faz com forças de criação e conservação, é preciso entrar em devir sem se desfazer, é preciso prudência. Por isso um devir-mulher não pode simplesmente abandonar as lutas por direitos. Mesmo que vinculado ao Estado, as lutas por reconhecimento são importantes. O que elas não podem é se tornar a única bandeira de luta, porque assim correm o risco de se tornarem ressentidas. Devir mulher é se afastar do homem na questão da não efetuação, mas é importantíssimo aproximar-se em direitos, tomando sempre o cuidado de não cair em uma armadilha: afastar-se quando necessário para retomar a capacidade de diferir de si mesmo. [...] Para isso é necessário fazer subir a força de uma feminilidade criativa. (TRINDADE, 2016)

Tal projeto se efetiva por meio de uma formação como função-crítica, que recusa microfacismos fundamentados na inviabilização da vida como obra, assassinando as possibilidades de composição e construção com os outros nas suas diferenças e diferenciações. Fuganti (1991) nos instiga a perder a ilusão com uma educação, ou se desejamos, com uma prática formativa instituída como peça-chave na máquina de morte montada pelo conjunto de saberes do Ocidente. Convo-ca-nos a perseguir práticas que busquem tornar os espíritos livres, não centrados na obediência, mas no pensamento, conjurando práticas que passam palavras de ordem que trazem consigo sentença de morte. O filósofo nos convida a pensar-exercitar uma formação que produza sede de aventuras e invenções. Sem qualquer apego a modos identitários de ser. Uma formação feita via pensamento não prescreve regras absolutas nem proibições definitivas. Ela orienta e desperta a vida, estimula multiplicidades não para esmagá-las, mas para exercitar o corpo e o pensamento, vivenciando seus limites, ultrapassando-os.

Tal formação visa que a vida seja forte, que viabilize a aprendizagem da convivência com os perigos, desejando o desconhecido, lapidando as potências do viver para expandi-las (FUGANTI, 1991: 67-9). Uma formação como pensamento afirmativo da vida é, sobretudo, cruel, o que é muito diferente de uma pedagogia vingativa, nos indica o autor. Cruel não porque quer arruinar qualquer coisa, mas, ao contrário, porque anseia força e produz ousadia e curiosidade, posição de atenção inventadeira, de forma a enfrentar acontecimentos, não temendo os acasos. “Sem potência de expansão, sem uma certa dominação das coisas, a vida é indefensável” (ARTAUD, 1984: 130).

O movimento Fórum Cosate⁶ e o processo de formação via contágio pelas trabalhadoras da educação

Articular a formação que se defende aqui em meio a um movimento por saúde de trabalhadoras da educação implica exercitar o olhar sobre processos, sobre linhas que se desenhavam nos encontros, nas falas, nas lutas micropolíticas que travamos em nossos cotidianos. Os mais significativos efeitos do movimento Fórum Cosate demandam o olhar para o exercício da sensibilidade, para as negociações e novas formas de se relacionar com o trabalho na educação que as professoras envolvidas no movimento engendram. Olhar para o que se passa no micro, nas subjetividades em produção no movimento (GUATTARI e ROLNIK, 2011).

O Fórum Cosate nasce em 2011 como uma aposta do grupo Pfist/Nepesp, do Sindiupes⁷, de trabalhadoras da Secretaria Municipal de Educação de Serra (ES), de professoras e professores da rede municipal, da Fundacentro/ES⁸, Cerest/ES⁹ e outros atores convocados num primeiro momento para pensar juntos sobre o adoecimento das trabalhadoras na educação nas escolas. No encontro inicial a ideia era propor uma Cosate¹⁰ que atuasse nas escolas, mas o que vai se construindo a partir desse encontro são novas formas de estar na escola, de relacionar com as pessoas que ali trabalham ou frequentam, novos modos de ser professoras na rede municipal e produzir saúde.

O convite não foi pensado especificamente para as trabalhadoras, mas foram “elas” que se candidataram.... isso mostra o que queremos sublinhar. Por que foram as mulheres que aceitaram essa empreitada? Apenas por que somos maioria? A questão da maioria na educação básica já é um fato histórico. Mas ser aquelas que aceitam o exercício diz mais do que isso, na Escola Municipal de Ensino Fundamental. No Centro Municipal de Educação Infantil quase todo o quadro é composto por mulheres. Razões históricas no ensino infantil.

Da modulação de encontro para discutir um projeto de Lei que criasse as comissões nas escolas à fluência do movimento, o Fórum Cosate funciona como força disruptiva que contagia, que produz formação no encontro com a alteridade, com as diferentes quantidades de desejo por mudança, autoria e produção de singularidade, pela recusa a totalizações. O encontro se desdobra em outros encontros durante dois anos e toma a construção do projeto de Lei que institucionalizaria as Cosates nas escolas como dispositivo (DELEUZE, 1987; 1992) para engendrar novos modos de estar na escola e depois como experimentação dessas comissões em duas escolas da rede municipal de Serra-ES. A passagem do que se pretendia em um encontro até a constituição em movimento é marcada pelo exercício de transversalidade e formação pelo contágio.

Tomando a transversalidade como o rompimento da segmentação entre vida e desejo, entre modos de ser e estar no mundo e os efeitos das relações que tecemos, podemos apontar que os efeitos de conexão entre trabalhadoras e outras pessoas e instituições que habitam as escolas, entre escolas e outros equipamen-

⁶ Fórum Cosate foi um dispositivo criado com o objetivo de instituir Comissões de Saúde para docentes da rede pública de ensino do município da Serra (ES). As comissões visam à cogestão dos processos de trabalho na rede de ensino, vislumbrando a produção, por meio do diálogo, de novos conhecimentos acerca desses processos na rede de ensino onde atuam, além de dar maior visibilidade aos enfrentamentos e às resistências atualizadas cotidianamente.

⁷ Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo

⁸ Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho, unidade Espírito Santo.

⁹ Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador do Espírito Santo.

¹⁰ Comissão de Saúde de Trabalhadoras da Educação.

tos sociais ou ainda entre escola e vida se constituem em práticas de transversalidade. Os investimentos na produção de vínculos entre saúde e invenção de si, autonomia para colocar a organização do trabalho na escola em suspensão são também apostas em novas formas de vida que estranham a falta de vitalidade das configurações atuais do capitalismo (LAZZARATO, 2006).

Outra fragmentação que a transversalidade busca romper é a da formação das pessoas. Assim como não há uma pessoa que aprende e depois luta, não há também a que conhece sobre saúde no trabalho para depois aplicá-la ou exercê-la. Formamo-nos e lutamos simultaneamente, um movimento alçando o outro. É na ação concomitante e articulada de se formar e lutar que se aprende a ser professora lutando pela saúde. Desse modo considerando saúde como produção de si em seu sentido ampliado, lutando também pela produção de modos de viver que escapem a aprisionamentos fascistas do desejo. Isso porque a ação transversal do movimento cria intercessores quando articula seu discurso em outros estratos, engendra novas formas de dialogar que colocam, dão visibilidade de forma objetiva para as questões redutoras da vida. Intercessores são esses pontos de virada que interrogam, que intervêm no modo como pensamos as questões desarrumando planos (DELEUZE, 1992).

Ao traçar linhas transversais criamos intercessores, engendramos novas maneiras de criar indagações e de pautar as redes de conversação de modo que estas questões se modulem em ações e neste caminho rompem os limites que segmentam os planos (DELEUZE, 1992; C.I., 2013). A ação transversal do movimento em expansão é uma recusa também à ideia de um ponto de partida onde tudo se inicia. Professora? Mulher? Falamos em expansão do diálogo para outros planos que já se dava na construção do Projeto de Lei, no curso de formação das Comissões Piloto e outras porções “visíveis” do movimento, mas também é preciso atentar para a expansão do movimento em outras transformações não tão visíveis ou fáceis de nomear.

O que se opera ganha força pelos meios, uma vez que a questão não é o ponto de origem. Para os movimentos é o que se passa “entre”, nas composições e não nas sobreposições. Não há um ponto de partida que defina a direção do movimento e sim como vamos atuando de forma transversal: ampliando o grau de comunicação, rompendo estratos e hierarquias. Falar de formação de professoras lutando por saúde implica em falar de mulheres que lutam por autonomia, por vida criativa que bifurque aos papéis e conformações de qualquer ordem.

Os efeitos da pesquisa-intervenção que usa como estratégia processos formativos no movimento Fórum Cosate que somos capazes de perceber são sempre imprevisíveis, múltiplos, apontam várias direções ou caminhos. Mapeando algumas falas, ações em conjunto, reuniões e mesmo efeitos em forma de cobranças para o grupo do Pfist/Nepesp destacam-se algumas pistas indicando que a constituição de espaços nos quais trabalhadoras conversam sobre seus processos de trabalho são importantes, pois constituem-se em possibilidade de que essas, ao analisar em conjunto a organização do trabalho e os modos de gestão, passem a comunicar em todos os sentidos e direções de forma a criar, inventar novos sentidos para o trabalho e para a vida. Ao fazer isso, essas professoras-mulheres-militantes também querem transmitir a experiência, o foco não está mais no adocimento individual, passam a atuar tendo em vista o coletivo, criam estratégias para passar a ideia para outras trabalhadoras, em outras escolas. Querem contagiar a alegria da invenção (TARDE, 2000).

Quando as professoras em um movimento por saúde no trabalho passam a exercitar a comunicação ampliando atenção sensível ao plano, ao que se passa e

agem de forma transversal, ou seja, aumentando o grau de comunicação em todos os sentidos e direções, há nessas ações de comunicação e aumento de crenças e desejos, que operam por meio de ações em conjunto, ações em comum. Há nesse processo ação formativa que opera por meio do contágio.

“Estamos aqui para contagiar vocês também!” – É o grito da professora que participa do movimento Fórum Cosate em um congresso¹¹ de trabalhadores da educação no Espírito Santo. O processo de contágio ou imitação é um processo formativo porque ele produz pessoas que se assemelham ao empreender a ação de comunicar. Sem abrir mão dos processos de singularização sempre em curso, as professoras que efetivamente comunicam essas quantidades psicológicas produzem similaridade e aproximação. No processo de contágio, a sugestão atua como um modo de produção de sentido para as crenças e desejos, como um fio condutor de todo fenômeno imitativo (SAINT CLAIR, 2012; TARDE, 2000, 2011).

No Fórum Cosate o processo formativo ou de produção de subjetividade como efeito das trabalhadoras em ação por crenças e desejos comuns - o contágio invenção, que não anula ou impede que outras formas de contágio estabilização também emergem, é uma nova forma de “ler os signos” ou mapear e “redescobrir” as lutas e o território, nova forma de decifrá-los (DELEUZE, 1987) que se contagia. Não se contagia pelos signos pensados como materialidades, eles nem funcionam da mesma forma para todos. O que se contagia é a forma de se apropriar, o exercício de sensibilidade alargada e atenção ao que significa, ao que fala neste campo. O que se contagia são as ações que empreendemos, o modo como nos comunicamos movidas pelo desejo por produção de saúde no trabalho, por autonomia e cooperação, por afirmação da vida.

O contágio invenção opera não introduzindo um novo desejo, mas intensificando uma necessidade que se encontrava estacionária (SAINT CLAIR, 2012) ou que em alguma quantidade já estava lá. As trabalhadoras da educação que chegam no Fórum aproximam-se porque de alguma maneira a questão da saúde das professoras já incomodava, já produzia inquietações. O desejo por transformações nesse cenário de adoecimento aproxima e é nas reuniões, na construção de uma linguagem comum que envolve a elaboração do Projeto de Lei, nas ações transversais que o movimento realiza para efetivar um Projeto Piloto¹² de formação das Cosates nas escolas, na luta pela aprovação da Lei, nas participações em Fóruns e outros espaços para criar diálogo sobre produção de saúde no trabalho; enfim, nas conexões que vão se estabelecendo que o encontro com os signos ali daquelas reuniões bifurca a ideia das soluções individuais para a ação coletiva, para a ideia de autonomia e de gestar coletivamente o tempo do seu fazer. São essas bifurcações que produzem outro sentido para esse desejo, alteram suas quantidades quando transformam necessidade estacionária em desejo movimentando-se, em ação. Isto é: quando invencionam novas formas absolutamente únicas de compor com esse campo por meio da arte e invenção.

As similitudes, pensadas por esta via do contágio, funcionam então para produzir diferenças, para viabilizar e intensificar as variações. A ideia de imitação opera não como produção seriada, porque as similitudes não são meras reproduções, são exercícios de deslocamento.

¹¹ Congresso realizado pelo Sindiupes em novembro de 2015, na cidade de Aracruz/ES, com professores filiados de todo o Espírito Santo.

¹² O Projeto Piloto consistiu na experimentação de Cosates em duas escolas em Serra/ES como forma de vivenciar seu funcionamento conforme o Projeto de Lei que instituiu as Cosates. A escolha das escolas e das professoras participantes foi feita de forma dialogada pelos participantes do Fórum Cosate após a conclusão do Projeto de Lei.

“Estamos aqui para contagiar vocês também!” – O grito da professora num auditório¹³ repleto de outras professoras reverbera porque também essas se incomodam com as situações de clausura da inventividade que minam a vida e a potência das trabalhadoras nas escolas. São os novos arranjos, as invenções engendradas em cooperação e coautoria a partir de deslocamentos, esses por sua vez efeitos da força dos encontros que tornam possíveis novas maneiras de ver, de sentir e de pensar; que subvertem as ações coordenadas tão sutil e eficazmente pelas forças individualizantes e despotencializadoras da vida na atualidade (PELBART, 2015; LAZZARATO, 2006). É na imanência, em nossos modos de falar, de trabalhar, de produzir conexão que também produzimos resistência àquelas forças modeladoras e exploradoras da potência da vida (HARDT e NEGRI, 2014). Mas essa relação entre essas novas invenções e a efetividade de produzir uma vida desviante das correntes imitativas atreladas à homogeneização é sempre indeterminada, não há ordenamento nem percurso prévio, segue a imprevisibilidade.

Assim, o que se quer contagiar é o desejo de transformação pela ação coletiva, de coautoria e de apropriação do tempo do seu trabalho (GUATTARI e NEGRI, 1987). Em outras palavras: contagiar com o desejo por exercícios de autonomia. Mas não há uma força que dispare uma corrente de contágio para algo que não estava lá antes (TARDE, 2000). É por meio da irradiação gerada por uma fonte inventiva que a necessidade de mudança sai do seu estado ‘estacionário’ e ganha vitalidade, se transforma em ação. Mas essa necessidade não está pronta, organizada. A invenção de novas formas de cooperação, a necessidade que contagia as pessoas em um movimento é sempre algo difícil de quantificar, de negociar, de traduzir em algo inteligível com demandas ordenadas e concretas.

O contágio que se produz e expressa na fala da professora não é um contágio imediato, ele requer uma duração, se faz em um processo de formação ou aprendizado, exercícios. É um processo de encontro com os signos que forçam o pensamento (DELEUZE, 1987), que forçam a suspensão e a indagação das correntes imitativas as quais seguimos, em maior ou menor intensidade, durante toda a vida. Bifurcar, inventar coletivamente um novo modo de pensar o trabalho, de se pensar nas forças as quais nos agenciamos implica sempre em esforço mais intenso e cansativo (TARDE, 2000) porque implica abandonar as correntes seguras para se abrir aos possíveis, se lançar para o inusitado e também para o exercício de alargar suas sensibilidades e atrelá-las à descontinuidade de nossos saberes, de nossas ações.

O processo formativo via contágio que as professoras experienciam no Fórum Cosate pretende afirmar modos de viver únicos, singulares, heterogêneos e que conversam entre si, que comunicam seu desejo por ação em coletivo que potencializa a vida. E desse modo, constitui-se também como modo mobilizador das formas também de ser mulher nesse trabalho, nas relações que se estabelecem ali e que nelas nos constituímos.

¹³ O auditório em questão recebia a mesa para falar de Saúde e Trabalho na Educação, que foi organizada pelo Sindiupes como parte da programação do Congresso anual. Para compor essa mesa foram convidadas pesquisadoras do Nepesp, professoras que participaram do Projeto Piloto, membros da Divisão de Saúde e Segurança do Trabalho da Prefeitura de Serra/ES.

Por uma formação feminista: a aliança e o devir-mulher como desobediência e rebeldia

As razões históricas que aportam a feminização da profissão docente são sem dúvida elementos para considerarmos relevantes na história da educação, inclusive para a premência das mulheres na experiência do movimento Cosate e certamente também para o atravessamento da escrita desse artigo, feito por quatro mulheres, pesquisadoras da área da Educação.

Considerada em seus primórdios desnecessária ou perigosa, a escolarização feminina e posteriormente a entrada das mulheres no mercado de trabalho, via docência, enfrentou muitos avatares. E não remontaremos, neste recorte, todas as lutas travadas para localizar nosso estado atual. Mas deixemos indicado:

esta educação começou de forma tímida, como uma fagulha, mas permitiu que o fogo da educação feminina se alastrasse e que a mulher fosse vista (não sem resistências), tanto no Brasil como em Portugal, como a educadora por excelência. (RABELO, 2019: 13)

Podemos indicar que com a feminização do magistério, houve também certa feminização da formação. O magistério representou um ponto de conquistas e das lutas das mulheres, das classes trabalhadoras inclusive, como reivindicação de um espaço social que concorresse para sua independência (ALMEIDA, 1998; WERLE, 2005; RABELO, 2019). Embora essa construção seja um processo altamente complexo e paradoxal e não seja possível uma compreensão linear das lutas históricas travadas, tais indicações corroboram nossas apostas nos movimentos possíveis e nas aberturas produzidas por essas mulheres invisibilizadas e em luta que souberam com seus pés descalços¹⁴ abrir vistas ao infinito.

Em *Metafísicas Canibais* (2018), Viveiros de Castro em proposição intempestiva de uma antropologia articulada à filosofia deleuziana, costurada com o perspectivismo ameríndio, afirma que a produção não é tudo e que seria preciso conceber uma outra ordem intensiva, de energia primária, como uma espécie de “energia de aliança” para encontrar o devir em sua força radical de diferir-se. Assim, define na releitura de Deleuze, o devir como um tipo de relação irreduzível tanto às semelhanças como às correspondências estruturais. “O devir é uma relação real, molecular e intensiva que opera em um registro outro que o da racionalidade” (VIVEIROS DE CASTRO, 2018: 184) e conclui: “um devir é um movimento que desterritorializa ambos os termos da relação que ele cria, extraindo-os das relações que os definiam para associá-los através de uma nova conexão parcial” (*idem*: 184). Nesta direção, o devir como multiplicidade indica-nos uma transformação real, ele não imita, não se detém, não se fixa. Ele é processo desejante, antinatural, movimento de conexão transversal entre heterogêneos, como afirma Viveiros de Castro (2018). Ou seja, o devir é o avesso de uma identidade. E por isso somos levados a ele por aliança e não por filiação. A aliança nos coloca frente a um horizonte interespecífico: de uma economia humana do desejo:

desejo histórico-mundial sem dúvida; desejo racial, sociopolítico, e não desejo familiar, personológico, edipiano; mas desejo assim mesmo humano – para uma economia de

¹⁴ Referenciamos aqui a obra de Mukasonga (2017) “A mulher de pés descalços”, no qual a autora africana reconta sua infância ao final da década de 1950, marcada pelo exílio em Bugesera, diante da guerra civil em Ruanda. Mukasonga narra o que foi habitar aquela terra inóspita com sua família e a força de sua mãe para todos os dias inventar esconderijos para que as filhas pudessem se abrigar da morte e dos opressores.

afetos transespecíficos que ignoram a ordem natural das espécies e suas sínteses limitativas, conectando-nos por disjunção inclusiva com o plano da imanência. (VIVEIROS DE CASTRO, 2018: 187)

Assim que todo devir é uma aliança, o que não quer dizer que toda aliança seja um devir. Para nós, importa destacar que queremos afirmar aqui a potência das alianças transfronteiriças, que podem fazer surgir parentescos insuspeitos, demoníacos, movediços, transitórios, estranhos e que abram perspectivas invisíveis. Que movimentam inconformidades e formações como trocas de dons.

Por isso, afirmamos uma formação feminista. Feminista como sinônimo de movimento de luta de alegria libertadora (HOOKS, 2018). Feminista como atividade contra o sexismo, a exploração, a opressão, como desejo de justiça social e de práticas coletivas, como pensamento para todos e experiência concreta de compartilhamento e transformação. Afinal, “o feminismo é para todo mundo” (HOOKS, 2018).

Queremos afirmar um feminismo que não seja identificado somente com a busca por direitos iguais. Mas que seja sim, justiça social e princípio de legitimidade, direito à diferença, “feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKS, 2018: 10). Uma aposta num *ethos* que se produz pela mutualidade. Revoluções não se produzem sozinhas. “Somos todas e todos iguais na criação” (HOOKS, 2018: 15) ao tempo que somos simultaneamente singularidades puras aliançadas, em conexão e devir. Ainda que por rebeldia e desobediência fecunda.

Conforme aponta-nos Costa e Igraja (2020) faz-se necessário na educação romper com as representações que produzem uma imagem instituída do “ser mulher”, professora, trabalhadora segundo as leis do patriarcado para ensaiar vetores de uma educação múltipla, da qual partam devires poéticos-políticos do devir-mulher convulsionantes, para o estilhaçamento da vontade de verdade. Colocar o direito ao grito do devir-mulher como possibilidade de fabular espaços de liberdade.

Antes das aulas de Estudos de Mulheres, antes da literatura feminista, mulheres individuais aprendiam sobre feminismo em grupos. As mulheres naqueles grupos foram as primeiras que começaram a criar uma teoria feminista que incluía tanto análise do sexismo quanto estratégias para desafiar o patriarcado e novos modelos de interação social. Tudo o que fazemos na vida está fundamentado em teoria. (HOOKS, 2018: 26)

Ainda escutamos aquela professora nos dizer em meio a um encontro das Co-sates: “passávamos para ir para a nossa formação e escutávamos dos colegas, os burburinhos, ‘lá vão elas tomar cafezinho’... como se quiséssemos fugir ao trabalho”. O trabalho de formação e educação sustentado pelas trabalhadoras no interior das instituições escolares suscitou as desconfiças. Tiveram aquelas mulheres que movimentarem-se pelas frestas, afirmar o encontro, as mãos dadas, os cafezinhos como possibilidades de enfrentamento da dureza instituída pelos automatismos de toda ordem. As trabalhadoras tiveram que produzir seus passos, suas próprias danças, no interior dos espaços que habitavam, para fazerem frente a força do obtuso e romper com as opressões impostas.

Para lembrar Alice Walker, “Tempos difíceis pedem danças furiosas”. As professoras começaram a planejar um seminário (de) formação para toda a escola. Algo que ampliasse as discussões que estavam fazendo. E foi nesses encontros que muitos de nós acordamos, embora muitos ainda estejam dormindo.

Como amarrar pensamento e práticas de transformação no movimento da educação? “Compartilhar pensamentos e práticas feministas sustenta o movimento feminista” (HOOKS, 2018: 29). Precisamos de todo mundo. De variados

estilos e formatos. De ações e sonhos. De muitas mãos e vontade de potência. O desejo fabrica visões. As visões abrem-se em passos de danças sinuosas. O movimento de aliança, com fúria e delicadeza, enlaça heterogêneos e faz entreabrir a possibilidade de prosseguimentos. Sem garantia, mas com dedicação.

O trabalho na educação precisa ser o de criar vínculos com as questões políticas, o de aliançar a diferença na sustentação da diversidade dos modos de viver e desejar. Como aquela imagem poderosa que fica entre nós: a professora que lá vai, ainda que mancando e com o uso de sua bengala-apoio, convidando todo mundo para o debate. Subir aquela rampa, com fôlego que se tem. Não ceder de empenhar-se, inconformar-se. Ia chamando: “vem com a gente tomar cafezinho e lutar junto”.

Recebido em 13 de maio de 2022.

Aprovado em 16 de agosto de 2022.

Referências

- ALMEIDA, J. S. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.
- ARTAUD, A. *O teatro e seu duplo*. São Paulo: Max Limonad, 1984.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- C. I. (COMITÊ INVISÍVEL). *A insurreição que vem*. Brasil: Edições Baratas, 2013.
- COSTA, G. D.; IGRAJA, F. F. Devir-mulher e educação múltipla: cartografias poético-políticas nas páginas-tela clariceanas. *Signos*, 41 (1): 219-238, 2020.
- DELEUZE, G. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- DELEUZE, G. “Os intercessores”. In: DELEUZE, G. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992. pp. 151-168.
- DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991.
- EVARISTO, C. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FERREIRA, S. V. Questão de gênero. *Filosofia Capital*, 3 (6): 1-31, 2008.
- FUGANTI, L. A. “Saúde desejo e pensamento”. In: LANCETTI, A. *Saúde e Loucura*. São Paulo: Hucitec, 1991. pp. 19-82.

- GUATTARI, F.; NEGRI, A. *Os novos espaços de liberdade: seguido de Das liberdades na Europa e da Carta arqueológica*. Coimbra: Centelha, 1987.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- HÉRITIER, F. *Masculin/féminin: la pensée de la différence*. Paris: Odile Jacob, 1997.
- HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MUKASONGA, S. *A mulher de pés descalços*. São Paulo: Nós, 2017.
- NERI, R. *A psicanálise e o feminino: um horizonte da modernidade*. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- NIETZSCHE, F. *Além do Bem e do Mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PELBART, P. P. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... *Saúde e Sociedade*, 24 (1): 19-26, 2015.
- PELBART, P. P. “Elementos para uma cartografia da grupalidade”. In: *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. pp. 1-10.
- RABELO, A. O. O acesso e a ocupação do espaço docente pela mulher no “Ensino Primário” no Brasil e em Portugal. *Revista Internacional de Formação de Professores*, 4 (2): 11-75, 2019.
- RIBEIRO, A. I. M. “Mulheres e Educação no Brasil-Colônia: histórias entrecruzadas”. In: HISTEDBR. *Coleção Navegando pela história da educação brasileira*, 2006.
- ROLNIK, S. Despedir-se do absoluto. *Cadernos de Subjetividade*: 245-256, 1996a.
- ROLNIK, S. Guerra dos gêneros e guerra aos gêneros. *Estudos Feministas*, 4 (1): 118-123, 1996b.
- SAINT CLAIR, E. *Gabriel Tarde e a comunicação: por um contágio da diferença*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.
- TARDE, G. *As leis da imitação*. Porto: RÉ, 2000.
- ROLNIK, S. *As leis sociais: um esboço de Sociologia*. Niterói: Editora da UFF, 2011.
- TRINDADE, R. *Devir-mulher*. Razão Inadequada, 2016.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. *Metafísicas Canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu; n-1 edições, 2018.
- WERLE, F. O. C. Práticas de gestão e feminização do magistério. *Cadernos de Pesquisa*, 35 (126): 609-634, 2005.